



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

BODEGA SOLIDÁRIA: no combate à fome e na defesa da segurança alimentar no Rio Grande do Norte*

Fernanda Soares Alves¹, Maria Eduarda Santos Silva², Maria Luiza Santos Nascimento³,
Gláucia Lavinea Oliveira Xavier⁴, Glória Maria da Silva Gomes⁵

RESUMO

O artigo ora apresentado tem por objetivo apresentar a experiência da extensão universitária da Incubadora em Iniciativas e Empreendimentos Solidários em parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano que executam e auxiliam as ações sociais da rede de Bodegas Solidárias na luta em combate à fome e na defesa da soberania alimentar no estado potiguar. O Brasil é um país que na divisão mundial do trabalho possui um capitalismo dependente, o qual induz a uma maior exploração e miserabilidade do seu povo. Nos últimos quatro anos as políticas de desmonte do Estado se intensificaram, assim como, o índice de desigualdades no país. Essa análise foi construída a partir da pesquisa documental e orientada pelo método marxista crítico dialético, debatendo sobre a importância da economia solidária e segurança alimentar. No tocante aos resultados, aborda-se o impacto das Bodegas Solidárias nos municípios atuantes pela rede, que desenvolve ações de formação política com as famílias, além da distribuição de alimentos.

Palavras-chave: Bodega Solidária; Insegurança Alimentar; Economia Solidária.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de analisar a experiência de extensão da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES), na realização da rede de Bodegas Solidárias em parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR), diante da

*A elaboração do artigo contou com a orientação da Profa. Dra. Ilena Felipe Barros, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ambos coordenadores da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários.

¹ Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES; integrante do Grupo de Pesquisa Preserv-Ação.

² Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES.

³ Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

⁴ Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES.

⁵ Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES.



realidade marcada pela insegurança alimentar. A INICIES é uma das Incubadoras presentes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuando desde 2012 e tendo como público: lideranças de povos e comunidades tradicionais, grupos populares, agentes de pastorais sociais, educadores/as populares e movimentos sociais. A INICIES busca, através de seus projetos, desenvolver intervenções em iniciativas populares associativas e cooperativas, capazes de impactar nas políticas e estratégias de desenvolvimento em âmbito local e territorial, promovendo um cenário pela construção de alternativas a fim de colaborar para melhores condições de vida na realidade de trabalhadores/as e comunidades socialmente marginalizadas. Assim, articula ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de ultrapassar as barreiras e muros universitários e integrar o conhecimento acadêmico à realidade local, embasados pela educação popular.

Ademais, a Incubadora possibilita a união de discentes e docentes de diversas áreas do conhecimento, sistematizando e disseminando aprendizados, possibilitando a gestação de agentes populares e o fortalecimento de espaços como fóruns e redes que visam a conquista e efetivação de políticas públicas da Economia Solidária e direitos sociais. E ainda, estabelece parcerias com diversas organizações da sociedade civil para obtenção de apoio para a realização das diferentes atividades necessárias para efetivação de seus objetivos.

No ano de 2020, com a pandemia de COVID-19, a INICIES investiu na parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR), sendo uma organização não governamental, ligada à arquidiocese de Natal que surge como um porta-voz da ação social da Igreja Católica, possuindo diversos eixos para atender as comunidades onde atua, há 70 anos. Na atualidade, a instituição opera sob a perspectiva da Economia Solidária e Educação Popular, com o intuito de fomentar a participação e controle social de políticas públicas, colaborar com o acesso de direitos socioambientais, promover a segurança alimentar e nutricional através da agroecologia, entre outros.

O SAR trabalha construindo uma política participativa, atuando a partir das necessidades e interesses de seus agentes comunitários, ou também como costumam denominar, através das lideranças locais. Diante a problemática da fome acentuada durante o contexto da pandemia da COVID-19, surgem as Bodegas Solidárias,



enquanto ação emergencial baseada na distribuição de alimentos. Posteriormente, foi reformulada para ir além do trabalho já realizado, tornando-se de forma efetiva o projeto de intervenção "Rede de Bodegas Solidárias".

As Bodegas Solidárias constituem-se como uma ação do SAR em parceria com a INICIES, desde 2020. A princípio se fez o mapeamento municipal a fim de identificar as famílias contempladas pelas ações, esse processo se realiza através das lideranças locais que se constituem enquanto Núcleo Gestor. Posteriormente, se realiza o cadastramento das famílias por meio de formulário já construído estrategicamente; além da realização de reuniões de planejamento e acompanhamento; levantamento dos dados das famílias participantes para construção de diagnóstico social. Após essas etapas, as famílias assistidas passam a ser acompanhadas, sendo contempladas com a distribuição de alimentos, condicionadas também à participação nas oficinas mensais, bem como, têm-se por critério que estejam com a vacinação em dia. Por fim, as Bodegas Solidárias realizam busca ativa por colaboradores voluntários e parcerias com moradores, instituições e órgãos governamentais do município.

O presente artigo está organizado em cinco seções, sendo a primeira essa seção de introdução, a qual é sucedida por uma seção que irá abordar o referencial teórico, versando sobre os conceitos de Economia Solidária, a problemática da fome e desigualdades encontradas em nosso país e a construção de alternativas pela Agroecologia em busca da Soberania Alimentar. A terceira seção introduz os procedimentos metodológicos utilizados, finalizando com uma seção para abordar os resultados obtidos e a última seção para as considerações finais da produção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 "Saco vazio não pára em pé": a problemática da insegurança alimentar e a atuação da economia solidária no RN

A Revolução Agrícola foi fundamental para evolução do ser social, a priori o ser humano era obrigado a se deslocar em busca de alimento, quando passa a controlar aquilo que come, torna-se a fixar em lugares, construindo comunidades e a vivência em sociedade. Assim, a alimentação não é apenas uma necessidade biológica do corpo



humano, na sua produção teleológica o ser humano constitui a alimentação como parte da cultura, é por meio da alimentação que ocorre a produção e reprodução social da sociedade, ao compartilhar o ensinamento de uma receita ou se reunir em tradições e rituais para o consumo de alimento.

Na imediaticidade do capitalismo globalizado tais práticas e diversidades vem sendo perdidas, pois para o sistema que visa apenas o lucro, a produção de alimentos se reduzem a produção de commodities, com o único objetivo de exportar e gerar mais capital. Tal processo tem sua gênese na expropriação, que retira a autonomia produtiva do indivíduo, em prol de suas necessidades, o tornando refém do sistema, a partir da apropriação capitalista daquilo que é necessário ao desenvolvimento humano. Daí, garante-se a submissão do trabalho, subjugada pelo capital, como apontado por Marx: Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 2013, p. 961)

Se vê então, uma sociedade pautada na coerção, em que o capital ao "precificar a vida", retira a autonomia de subsistência do indivíduo, o que significa que a maioria das relações sociais é mediada pelo mercado. Nesse contexto, o acesso a bens e serviços essenciais, como alimentos, moradia, educação e saúde, está condicionado pela capacidade de pagamento, excluindo muitas pessoas da satisfação de suas necessidades básicas. Isso, impôs a adesão ao sistema capitalista, que se reforça sob o "exército industrial de reserva" ou a "população excedente relativa", expandida sob os avanços tecnológicos. Uma massa de trabalhadores desempregados ou subempregados mantida na intenção de garantir a baixa dos salários, diante de uma intensa exploração na busca por lucro (MARX, 2013). O desenvolvimento deste modo de produção, explicita então, a sua relação com o pauperismo exacerbado, uma condição que traz consigo a desigualdade social e a fome, que implode no período da primeira revolução industrial, quando a Questão Social se revela no cerne do capitalismo. Nas palavras de Netto (2001, p.42), "pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas".



Na atualidade do capitalismo, a política neoliberal usa-se da produção agrícola, ao colocá-la apenas na posição de meio para obter lucro, como produtora e produto das desigualdades sociais que garante a reprodução do capitalismo e contribui para o aumento da situação de pauperismo da classe trabalhadora (GUERRA, 2022). No Brasil essa realidade é vista de forma mais acentuada, pois o país está inserido na divisão internacional e sociotécnica do trabalho, como país periférico e de capitalismo dependente, ao precarizar as relações de trabalho, com mão de obra barata, dispersão espacial, heterogeneidade de regimes de trabalho e desproteção social, atingindo de forma direta a vida dos trabalhadores e sua capacidade de resistência (MOTA, 2012), além disso:

Provoca ainda a negação da fome como problema estrutural - ou seja, a noção evidente que a burguesia ao tratar da alimentação provoca danos irreparáveis e propositais a gerações da classe trabalhadora. Forçar a população a vivenciar a fome e o consumo de comida ultraprocessada é uma ação proposital para forjar o uso político da alimentação como manobra de interesses burgueses nessa sociabilidade usada no capitalismo desde sempre. (GUERRA, 2022, p.236)

Através do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, é possível conferir informações que, seguindo a tendência nacional, confirmam para a população Norte Rio-Grandense uma situação de ataque a segurança alimentar, conceito definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004, p. 04)

O Inquérito aponta que 48,8% da população do Rio Grande do Norte se encontrava em situação de insegurança alimentar durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19, sendo 23,4% desses casos correspondentes a situações de insegurança alimentar leve, 14,5% situações de insegurança alimentar moderada e



10,9% situações de insegurança alimentar grave, o que implica em uma realidade de fome, onde as pessoas não comem por falta de renda para sustentar a compra de alimentos, fazendo cerca de uma, ou menos, refeições ao dia.

Para superar esse quadro de desigualdades sociais provocado pelo avanço do capital, a Economia Solidária se apresenta como uma forma de organização econômica antagônica ao capitalismo (SINGER, 2002), embasada na autogestão, solidariedade, atividades laborais associadas e meios de produção coletivos; objetivando uma produção democrática, com respeito a natureza, que promova sempre a dignidade, justiça social e a valorização do trabalho coletivo, obtendo assim, um desenvolvimento sustentável e que contribua para a diminuição das desigualdades. E para além das questões de subsistência, a Economia Solidária tem também em seu cerne o objetivo de:

[...] proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.: na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p.114-115)

No âmbito da realidade do Rio Grande do Norte se tem a lei estadual de fomento à Economia Popular Solidária, instituída em fevereiro de 2006, a lei N° 8.798, que visa o fomento de ações de Economia Popular Solidária por meio de programas específicos, projetos, parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais (ONGs), convênios, entre outras, dentre seus objetivos se tem a geração de trabalho, emprego e renda, bem como, o estímulo à organização e registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária no Estado.

A Lei, também, institui a criação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS) e estabelece o órgão que ficará responsável pelas ações da política, a Secretária Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) do Governo do estado do RN. Dentre as ações, está o projeto de Economia Solidária,



estabelecido a partir de um convênio com o Governo Federal, viabilizando apoio técnico, consultorias, compra de equipamentos e capacitação para empreendimentos solidários. Segundo a SETHAS (2023) já foram investidos 4 milhões em ações integradas, no fomento de alternativas de emprego e geração de renda, tendo assim, mais de 24 mil pessoas beneficiadas, por meio de 52 subprojetos de Economia Solidária e Agricultura Familiar no Estado.

Os marcos legais, incluindo a Lei N° 8.798 e vários decretos subsequentes, criaram um ambiente propício para o surgimento e desenvolvimento de iniciativas oriundas da Economia Solidária no estado do RN. Um exemplo notável são as Bodegas Solidárias, que emergiram durante um período desafiador, especificamente durante a pandemia de COVID-19 em 2020. Este contexto, repleto de incertezas e adversidades, proporcionou uma oxigenação da solidariedade, sendo significativa para as comunidades, especialmente em meio ao agravamento das desigualdades sociais que afetam os segmentos mais vulneráveis da sociedade, cenário este, que foi ainda mais exacerbado pela emergência de um governo reacionário de extrema direita.

No entanto, apesar de todas as circunstâncias e contextos desfavoráveis, as Bodegas Solidárias persistem em suas atividades. Elas se fundamentam nos princípios da economia solidária, incentivando a agricultura familiar baseada em práticas agroecológicas, com o objetivo de combater a fome. Além disso, elas intervêm em questões que vão além da subsistência, visando a formação de uma consciência crítica, que se faz essencial na busca dos objetivos da economia solidária.

Essas e outras iniciativas, sejam elas governamentais ou não, representam acima de tudo a resistência histórica da Economia Solidária. Elas simbolizam uma alternativa que busca um modelo societário diferente, que prioriza a liberdade, a democracia, a solidariedade e a justiça social como elementos centrais.

Como comentado anteriormente, um dos princípios da Economia Solidária é o desenvolvimento sustentável, dessa maneira, se faz fundamental pensar sobre a produção e distribuição de alimentos, para assim alcançar a Soberania Alimentar. Esse conceito envolve pensar um conjunto de relações, que envolve o direito de as comunidades versarem sobre os alimentos que irão consumir, apresentando nesse



contexto várias dimensões, sendo elas, econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

Como aponta Altieri (2010),

O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI, 2010, p.24)

A complexidade em alcançar a Soberania Alimentar está imbricada pelas contradições do sistema capitalista, da sua política agrária desigual, da constituição de um mercado industrializado com base no uso de sementes transgênicas e defensivos agrícolas nocivos ao solo e a água, êxodo rural, relações de trabalho precarizadas e tantas outras questões. Quando se fala de acesso a alimentos, deve-se refletir sobre a procedência desse produto, não basta que haja a produção e oferta de produtos alimentares; mas sobretudo, qual a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos. Bem como, é com alento que se deve pensar as relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os seus níveis, da produção à distribuição.

Um dos desafios para o acesso a alimentos saudáveis tem sido o processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar desde a internacionalização da modernização conservadora da agricultura na década de 1970, têm-se visto a devastação exponencial da agrobiodiversidade alimentar.

Assim como ressalta Meirelles (2004),

[...] Esse modelo tecnológico, baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na utilização de insumos químicos-sintéticos, na mecanização e no recurso a fontes não renováveis de energia, tem sido o responsável pela deterioração progressiva da própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas. (MEIRELLES, 2004, p.11)

Em consonância a esta realidade, têm-se construído caminhos estratégicos e alternativos a esse modelo por meio da agroecologia, esta que têm se constituído como ciência e movimento social, à medida que se propõe a uma resposta socioambiental baseada em princípios ecológicos que buscam a conservação dos recursos naturais,



ou seja, formas adequadas para a melhoria da dinâmica dos sistemas agroalimentares. Esta mudança nas formas de plantar, têm-se prosperado por meio da Agricultura Familiar, que sempre foram os principais responsáveis pela segurança alimentar, e é através dela que se têm havido a promoção e articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos.

Muitas famílias de agricultores, rurais e urbanos, se encontram hoje formulando novas formas de produção, por meio da transição agroecológica, e o que tem ganhado bastante repercussão nesse sentido têm sido os Quintais Produtivos e as Hortas Comunitárias. A implementação desse formato de produção permite o estímulo a diversificação e enriquecimento de hábitos alimentares, e também dispõem da possibilidade de produtos de qualidade e a preços acessíveis; assim como, a concepção de feiras agroecológicas ampliam a popularização de consumo de produtos agroecológicos, ao mesmo tempo, fruem como um espaço de geração de renda, estimulando uma rede solidária de produtores e consumidores que reconhecem e valorizam os aspectos socioambientais gerados por meio destas práticas, desta maneira, a agroecologia têm se comprovado como uma alternativa a construção da Soberania Alimentar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando o pesquisador inicia um estudo se tem como objetivo realizar uma análise do objeto problematizado, para isso uma parte fundamental na produção da pesquisa é o método, pois é a partir de sua orientação que será expresso o caráter crítico e social do estudo. Ao se trabalhar com economia solidária, fome e segurança alimentar é necessário realizar uma análise da realidade em que estamos inseridos, por isso é preciso desvendar as estruturas e dinâmicas veladas na sociedade de classes. Dessa forma, o estudo baseou-se no método crítico dialético de Marx que:

Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de "crítica", de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o "bom" do "mau". Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz



a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. (NETTO, 2009, p.06)

A produção dessa pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa documental que se trata de uma escolha de documentos com a função de subsidiar o estudo no enriquecimento teórico e na síntese dos resultados. Neste sentido, a pesquisa documental contribui nos estudos com um caráter inovador ao impulsionar o pesquisador a realizar uma análise do documento através dos fragmentos de mensagens, compreendendo as características, modelos e estruturas dos registros (GODOY, 1995).

Na problematização teórica executou-se uma revisão bibliográfica à luz do referencial teórico do tema trabalho, embasado pelas contribuições de Guerra (2022), Marx (2013) e Neto (2001) para o debate da alimentação e capitalismo; Singer (2002) para a exposição de economia solidária; e no que se refere a soberania alimentar dialogou-se com Altieri (2010) e Meirelles (2004).

Isto posto, a coleta de dados fora realizada através de pesquisa documental, a qual incluiu a leitura do projeto de “Desenvolvimento de iniciativas de economia popular solidária e tecnologias sociais”, apresentado em 2022 através da Chamada pública para apoio a projetos de extensão na área de Inovação social e/ou tecnologias sociais e desenvolvimento da Economia solidária. Somado a isso, foi feita a revisão de diversos relatórios, produzidos mediante o acompanhamento da Rede de Bodegas Solidárias realizado pela INICIES, e o instrumento de sistematização, escritos entre dezembro de 2021 até junho de 2023.

O trabalho realizado pela INICIES, junto ao SAR, nas Bodegas Solidárias, é marcado inicialmente pela criação de um Núcleo Gestor, grupo de pessoas responsáveis pelo gerenciamento da Bodega Solidária de determinada região. A partir disso, é estabelecido um local físico para a consolidação da Bodega Solidária em determinado município, sendo responsabilidade do Núcleo Gestor realizar tal escolha e as devidas manutenções do espaço.

Durante todo esse processo, a INICIES e o SAR realizaram acompanhamento em contato direto com os Núcleos Gestores, visando formular estratégias e assessorar



a Rede de Bodegas. Tais objetivos se concretizam através de reuniões, que podem ocorrer virtualmente, mas, preferencialmente, se consolidam mediante viagem de integrantes da INICIES e do SAR para encontro com determinado Núcleo Gestor, ou o deslocamento dos componentes de determinado Núcleo Gestor até Natal, incluindo, em momentos oportunos, reuniões coletivas que abrangem todos os Núcleos Gestores em um mesmo espaço, proporcionando troca de experiências e construção de debates com maior profundidade.

4 RESULTADOS

Após longos anos promovendo estratégias de segurança alimentar e nutricional, como a campanha "Fome Zero" instituída pelo presidente Lula em seu primeiro mandato (2003-2006), o país finalmente saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. Entretanto, no ano de 2022 a notícia que circulava nos jornais foi "Brasil volta ao mapa da fome", no mesmo ano saiu a reportagem apresentando que mais de 33 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar (G1, 2022). Para entender esses dados é necessário realizar uma análise da conjuntura do país nos últimos anos. Em 2016, o Brasil sofre um golpe político, institucional e midiático, que depõe a então presidenta eleita Dilma Rousseff do PT e realoca seu vice, Michel Temer, pois a classe burguesa demandava a consolidação da política neoliberal de modo mais incidente e para isso a direita assume o poder do país intensificando o desmonte do Estado e das políticas públicas na afirmativa de que para se salvar da crise econômica que circundava o país era necessário diminuir os investimentos na seguridade social, deixando-as precárias e a população desassistida.

A situação se agrava no governo de Bolsonaro (2019-2022) que segue na linha do governo anterior fortalecendo a contrarreforma do Estado de modo ainda mais acentuado. O objetivo político do governo neofacista do Bolsonaro torna-se extremamente claro quando começa a crise sanitária da pandemia da Covid-19, onde o presidente Jair Bolsonaro nega a veracidade e a gravidade do vírus recusa-se a investir no setor de saúde, provocando discórdias e incentivando a dúvida em relação à ciência, com discursos que o mercado não poderia parar, que a economia precisava ser salva, enquanto o país acumulava um dos maiores números de mortalidade de



Covid-19 no mundo, contabilizando mais de 700 mil mortes até maio de 2023 (CORONAVÍRUS BRASIL, 2023).

A crise sanitária em conjunto à crise política e econômica assolou o país, sendo a população brasileira aquela que mais sofre com as diretrizes impostas. Nesse cenário de insegurança alimentar é formada possibilidades para assegurar os direitos das comunidades, incluindo o direito à alimentação saudável, tendo em vista que a comida sempre foi uma forma de controle das massas pelas classes dominantes. Dessa forma, defender o direito e o acesso à alimentação torna-se um sinônimo importante da defesa da humanidade (GUERRA, 2022).

Assim, as Bodegas Solidárias, símbolo de resistência, tem como objetivo intervir na segurança e soberania alimentar, como também na autonomia das pessoas. A rede de Bodegas vêm sendo realizada em dez municípios, através de atividades de incentivo à solidariedade comunitária, como, por exemplo, o estabelecimento de pontos fixos para doações de alimentos e roupas; campanhas de arrecadação de alimentos em escolas, igrejas e instituições diversas; organização de eventos culturais promovidos para comunidade com participação mediada através da doação de alimentos; promoção de eventos que visam a partilha de refeições como o Ceia Natalina e o Sopa Solidária; distribuição de cestas básicas recebidas da Prefeitura Municipal; bem como, doação de peixes e carcaças de peixes ofertados por membros da comunidade e por frigorífico de Natal - RN; apoio de iniciativas que promovem a produção de alimentos de modo independente com base na agroecologia; criação de ações que visam a geração de renda e/ou meios de subsistência através de diversos modos como os quintais produtivos, as hortas comunitárias, as feiras agroecológicas, a reciclagem, o artesanato, a produção de sabão etc.

Entre os resultados é possível apontar que a Rede de Bodegas Solidárias demonstra um potencial político e pedagógico em sua atuação, apresentando como resultado o compromisso das famílias em se empenharem na construção de alternativas para superarem as dificuldades e problemas, e a assiduidade nas ações desenvolvidas pelos núcleos gestores das Bodegas. A população contemplada pelas ações foi quantificada a partir da tabela, disponível abaixo, elaborada através da



Caravana das Bodegas Solidárias, atividade realizada pela INICIES com o objetivo de efetivar diagnóstico situacional das Bodegas.

| MUNICÍPIO | NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS |
|--------------------|------------------------------|
| Natal | 50 |
| São Tomé | 50 |
| Ceará-Mirim | 50 |
| Pedro Velho | 54 |
| Montanhas | 35 |
| Lagoa Salgada | 60 |
| Nísia Floresta | 80 |
| São José de Mipibu | 79 |
| Macau | 70 |
| João Câmara | 130 |

Um total de 658 famílias atendidas, incluindo pessoas em situação de fome e pobreza; pessoas vivendo com HIV; população LGBTQIA+; catadores de material reciclável; mulheres chefes de família; desempregados/as; pessoas em situação de rua; mulheres em situação de violência doméstica; pessoas não alfabetizadas, entre outras. As Bodegas Solidárias representam para esses grupos populacionais uma possibilidade de vivência semeada pela solidariedade, em meio ao exercício de empatia, cooperação e partilha do pão através da doação de alimentos, bem como, tem servido como ponte para o reconhecimento e acesso de direitos, por vezes até mesmo desconhecidos, assim tem havido a orientação e os encaminhamentos para serviços de políticas sociais no município em questão.

Desse modo, o trabalho realizado pelas Bodegas Solidárias juntamente ao SAR e a INICIES, em face às problemáticas da fome, desigualdade social e ameaças à soberania alimentar no Rio Grande do Norte, tem contribuído para as famílias terem consciência sobre a realidade em que estão inseridas e fortalecido a cooperação na produção sustentável, no consumo ético e responsável e na distribuição justa e



solidária, consolidando-se como uma importante experiência de tecnologia social, a qual é conceituada por DAGNINO (2004) como aquela que: deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. (p.23)

Destarte, apesar do pouco recurso financeiro, da infraestrutura precária, das poucas pessoas que realizam o trabalho voluntário, das demandas pessoais que assolam os gestores/as das Bodegas Solidárias, o projeto se mantém firme e consegue prestar um atendimento de qualidade, com gestão de estoque de alimentos atenta aos prazos de validade e visando evitar desperdícios; acompanhamento da população atendida; distribuição de cestas básicas; atividades formativas; promoção de eventos; oportunidades para geração de renda etc.

Por fim, elucidamos que a Rede de Bodegas Solidárias é uma iniciativa que contribui na construção de um Rio Grande do Norte politizado, contribuindo para que essa população que cotidianamente lida com a ameaça da fome, reconheçam as verdadeiras raízes provocadoras desse cenário de insegurança alimentar, à vista que se trata de uma questão de dignidade humana, conforme Eduardo Galeano, é também uma questão de liberdade em sua forma mais radical, pois "A autodeterminação começa pela boca." (GALEANO, 2010, p. 07).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de Bodegas Solidárias é uma tecnologia social que envolve pensar aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos. Contudo, ela permanece inserida em um cenário repleto de desafios, desenvolvendo-se no cerne do conjunto de contradições do sistema capitalista, tais quais alarmam a injustiça e desigualdade social.

O papel da rede de Bodegas Solidárias é proporcionar a construção de um processo autogestionário, apesar de ter surgido mediante a particularidade da fome e ter se caracterizado ao princípio pelo viés de mitigar o cenário de insegurança



alimentar, têm-se por objetivo ir além desse aspecto, sendo sobre movimentar a realidade desses grupos populares através da Educação Popular e Economia Solidária.

No entanto, a rede de Bodegas Solidárias não é uma ação somente do SAR e da INICIES, mas sobretudo é uma ação por parte das comunidades, visualizando estes como sujeitos sociais, coletivos e históricos, se tem constituído uma relação usuário-produtor. À medida que essa tecnologia social vem se consolidando, somente podemos atrelar ao sucesso quando pelo engajamento social, por meio de uma composição que formule um sistema sociotécnico.

Dessa maneira, as lideranças são motivadas a colaborarem com o processo de elaboração, perpassando desde a formulação, implementação e avaliação conjunta, atrelado a considerar os recursos financeiros, humanos e materiais para viabilizar a execução das ações, ou seja, a construção de soluções técnicas adequadas segundo seus próprios critérios, que estão a considerar as particularidades de suas respectivas realidades, com intuito de promover autonomia e melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Nera, Presidente Prudente, n°16, p. 22-32, Jan-jun, 2010. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347> >. Acesso em: 26 de jul. de 2023.

BRASIL. CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004. _____. Coronavírus Brasil. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

BRASIL VOLTA AO MAPA DA FOME DAS NAÇÕES UNIDAS. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. Fundação Banco do Brasil. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. L&PM EDITORES: São Paulo, 2010.



GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun 1995.

GUERRA, Lúcia. O Capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista – a tríade alimento-mercadoria-doença no cenário (trans)pandêmico. In: MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo (org.). Economia política da saúde: uma crítica marxista contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2022. Cáp. 06. p.227-267.

MAIS DE 33 MILHÕES DE BRASILEIROS PASSAM FOME TODO DIA, REVELA PESQUISA. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-todo-dia-revela-pesquisa.ghtml>

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. Agriculturas, v. 1, p. 11-14, setembro, 2004. Disponível em: < <https://orgprints.org/id/eprint/17374/1/17374.pdf> >. Acesso em: 26 de jul. de 2023.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-37, 2009.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. [Inquérito Online]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 23 de jul. de 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. LEI Nº 8.798, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. Institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e estabelece outras disposições. RIO GRANDE DO NORTE: Diário Oficial, ano 2006, v.11.178 [2006]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rn/lei-ordinaria-n-8798-2006-rio-grande-do-norte-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema?origin=instituicao> . Acesso em: 20 jul. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social. Assessoria de Comunicação da Sethas: Economia Popular Solidária. [Rio Grande do Norte]: Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, 05 de abril. 2023. Disponível em: <http://www.sethas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=9963&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Economia+Popular+Solid%EAria> . Acesso em: 20 jul. 2023.



SINGER, P. (2002) Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SCHIOCHET, Valmor ; SILVA, R. M. A. ; SINGER, Paul. . Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da.. (Org.). O BRASIL SEM MISÉRIA. 01 ed. Brasília: MDS, 2014, v. 01, p. 425-446.